

Diário Notícias

31-08-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 56361

Temática: Política

Dimensão: 2333

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/2 /4 a 5

Passos já admite segundo resgate para Portugal

Ameaça. O primeiro-ministro acha que se novas reformas forem chumbadas no Constitucional virá um novo programa de ajustamento

Passos Coelho antecipou a possibilidade de o Tribunal Constitucional vir a reprovar os cortes nas reformas dos beneficiários da Caixa Ge-

ral de Aposentações, bem como do diploma de revisão da tabela salarial e suplementos na função pública, para lançar a ideia de que, se as-

sim acontecer, será inevitável o nosso país sujeitar-se às condições de um novo empréstimo internacional. **ATUAL** PÁGS. 2, 4 E 5

Passos Coelho acena com segundo resgate

Aviso. Primeiro-ministro admite que sem reformas que garantam aos nossos credores que Portugal consegue baixar a despesa pública, será necessária mais ajuda externa

LUCÍLIA TIAGO

Passos Coelho acenou ontem com o cenário de um segundo resgate caso as reformas ainda em negociação não passem no crivo do Tribunal Constitucional, mas afastou novas subidas de impostos. O corte de pensões dos atuais reformados e a revisão da tabela salarial e de suplementos são duas das medidas de redução de despesa pública mais sensíveis que o Governo tem agora pela frente. Juntas valem 1,1 mil milhões de euros.

“Se não formos capazes de nos próximos meses sinalizar aos nossos credores esta reforma estrutural do Estado que garanta que a despesa baixa de uma forma sustentada, o que acontecerá é que não estaremos em condições de prosseguir o nosso caminho sem mais financiamento, sem um segundo programa”, admitiu o primeiro-ministro. Antes, tinha referido que o Governo vai agora “estudar e ver exatamente quais são as objeções” que o TC apontou ao diploma da requalificação e que procurará “ultrapassar e corrigir os fundamentos de inconstitucionalidade”.

Com o novo sistema de requalificação, o Governo estimava poupar 48 milhões de euros já este ano e 119 milhões em 2014. Esta verba, deixou antever Passos Coelho, terá agora de ser obtida através de outras medidas que “podem não ser tão justas, tão eficazes” como as que foram chumbadas, mas que não deverão passar por novos aumentos de impostos. O Governo tem mais reformas na calha, tendo Passos referido que espera que o Constitucional não tenha uma “leitura demasiado restritiva desses princípios constitucionais a propósito desses diplomas”, que classificou de “essenciais” para evitar “o calvário” de um segundo resgate.

A caminho do TC está o diploma que aumenta o horário semanal de trabalho para as 40 horas, mas o resultado desta apreciação deverá ser mais pacífico. Até Vital Moreira, constitucionalista e eurodeputado pelo PS, veio já dizer que não considera esta lei inconstitucional. Mais sensíveis são as medidas que visam o corte das reformas dos atuais e futuros pensionistas da Caixa Geral de Aposentações. O Governo sublinha o défice que este sistema público tem registado ao longo dos anos e que a sua sustentabilidade está em risco, defendendo um corte cujo valor máximo se aproxima dos 10%. Também a revisão da tabela salarial e dos suplementos poderá ter o mesmo destino, porque pressupõe uma redução da despesa com esta rubrica da ordem dos 445 milhões de euros, o que leva os sindicatos a antever novos cortes salariais.

Ambas as medidas deverão ser sujeitas ao TC e arriscam o mesmo desfecho que o diploma da requalificação, que viu chumbada a norma que permitia aos serviços alegar cortes orçamentais para enviar os funcionários para a requalificação durante 12 meses, findos os quais podiam ser despedidos. Vetada foi

Passos Coelho afasta hipótese de aumentar impostos



RUI MANUEL FERREIRA / GLOBAL IMAGES

POUPANÇA SALARIAL

» O Fundo Monetário Internacional projeta uma poupança de 167 milhões em dois anos com a implementação da legislação da requalificação e mobilidade dos funcionários públicos.

	2013	2014	Total
Requalificação/mobilidade	48	119	167
Rescisões voluntárias	0	252	252
Convergência público/privado	176	365	541

*valores em milhões de euros; Fonte: FMI

também a revogação do artigo que desde 2009 salvaguarda da cessação de vínculo laboral os cerca de 400 mil funcionários que até aí tinham vínculo por nomeação e que transitaram para o Contrato de Trabalho em Fun-

ções Públicas. No acórdão pode ler-se que “parece incontornável que o Estado desenvolveu, ao longo do tempo, condutas suscetíveis de gerar naqueles que no passado optaram pelo funcionalismo público, expectativas de continuidade de um quadro jurídico pautado por uma estabilidade reforçada no emprego, afastando os pressupostos de cessação do contrato de trabalho por razões objetivas”. Na declaração de voto que acompanha o acórdão é salientado que esta garantia de estabilidade no emprego foi justificadamente invocada para que ao longo dos anos estes trabalhadores vissem os seus salários cortados e as progressões congeladas. Os funcionários públicos que ganham acima de 1500 euros por mês viram, em 2011, o seu salário sofrer uma redução média de 5%.

TRABALHO

Despedir é difícil no público e no privado



» O chumbo mostrou que o emprego no Estado não pode ser interrompido. Mas mesmo no privado é difícil invocar razões para despedir individualmente um trabalhador. (Ver Dinheiro Vivo)

Cenários possíveis

O Governo vai estudar acórdão e prepara forma de responder ao veto do TC. Há várias soluções possíveis que, no limite, permitirão manter a requalificação.

Retirar a cessão do vínculo

» O despedimento dos funcionários públicos na sequência da requalificação não passou pelo Constitucional, mas a lei da mobilidade já existe e teve várias formas, desde que foi criada pelo primeiro Governo de José Sócrates. Assim, e por hipótese, se as Finanças mantivessem a passagem à mobilidade – e o corte de 50% no salário depois de seis meses –, o Governo continuaria a reduzir a massa salarial prevista para 2014. Até porque a poupança com o despedimento só surgiria em 2015, quando o período de 12 meses na mobilidade terminasse.

Cortar mais na mobilidade

» Outra das opções do Governo pode passar pela manutenção do diploma, retirando a cessação de vínculo ao fim de 12 meses mas cortando mais na subvenção paga durante a mobilidade. Este corte reforçado pode ser feito por duas vias: com mais funcionários nesta bolsa de mobilidade ou com um corte mais agressivo nos seus salários. Atualmente, o Governo prevê um corte de 66% nos primeiros meses de mobilidade e 50% nos últimos seis meses. Mas o Executivo chegou a admitir um ciclo de 18 meses com descidas mais acentuadas.

Generalizar as rescisões

» O Governo, para já, só tem a correr um plano de rescisão voluntária para os assistentes técnicos e operacionais. Abrir mais programas poderia levar mais gente a sair do Estado, embora esta solução tenha no imediato um peso financeiro bastante elevado. Seja como for, o chumbo no diploma da requalificação pode, num primeiro momento, retirar impacto ao programa de rescisões, já que veio aliviar a pressão que os trabalhadores poderiam estar a sentir para aceitar uma rescisão com medo da requalificação – alerta repetidamente feito pelos sindicatos.

Sobretaxa extraordinária

» Passos Coelho disse ontem que não há condições para que se possam fazer novos aumentos de impostos. Mas em 2013 foi criada uma sobretaxa de 3,5% em sede de IRS, não havendo garantias de que não se vá manter durante os próximos anos. Já em 2012 o Governo tinha deitado mão de uma sobretaxa (que incidiu sobre o subsídio de Natal), mas nessa altura chamou-lhe extraordinária. Desta vez, este acréscimo de 3,5% foi incluído no Orçamento do Estado sem que continuasse a constar o termo “extraordinária”.

Portas tenta iniciar hora do crescimento económico

CDS Líder centrista vai falar de um novo ciclo político na Convenção Autárquica do seu partido, que começa hoje em Matosinhos. Amanhã, é a vez de Passos Coelho voltar a falar ao País a partir da 'universidade de verão' do PSD

PAULA SÁ e LUÍS GODINHO

O líder do CDS vai no arranque da Convenção Autárquica 2013, a *rentrée* do CDS, centrar o seu discurso na ideia de um novo ciclo político de crescimento económico.

Paulo Portas vai valorizar os bons indicadores económicos das últimas semanas – o facto de Portugal ter sido o país europeu com maior crescimento e a descida do desemprego – para fazer a apologia da recuperação do investimento e do emprego.

Agora que é vice-primeiro-ministro, com a tutela de acompanhar as negociações com a *troika*, Portas voltará a insistir na importância de terminar o programa de ajustamento na altura prevista, ou seja, em junho de 2014, apurou o DN.

Portas, que vai assumir este papel já em setembro, na altura da 8.ª e 9.ª avaliações do memorando de entendimento, não deverá destacar a ponta do véu sobre as difíceis negociações com a *troika* ou anunciar qualquer novidade sobre o plano de reforma do Estado que ficou encarregue de elaborar pelo primeiro-ministro.

Mas é provável que não consiga contornar o recente chumbo do diploma da mobilidade dos funcionários públicos pelo Tribunal. Neste ponto deverá manter o mesmo fio discursivo de Passos Coelho, de que é preciso encontrar uma alternativa e que a redução da despesa do Estado é uma necessidade.

A crise no Governo, da qual foi o principal protagonista, e da qual saiu com poderes reforçados e o CDS com maior peso no Executivo (a entrada do novo ministro da Economia, Pires de Lima, que tam-

bém será uma das intervenções importantes na *Convenção*), não deverá ser focado.

Numa convenção autárquica, Portas falará do aumento de número de candidatos do partido nestas autárquicas e, embora reconheça a dificuldade do momento político para reforçar o peso do CDS nos municípios, mostrará convicção de que será possível aumentar o número de autarcas centristas.

Passos volta à universidade

O parceiro de coligação e líder do PSD só volta a falar ao País na "universidade de verão" do PSD, numa *reprise* da Festa do Pontal amanhã. Pedro Passos Coelho deverá também abordar a temática do crescimento económico e o chumbo do TC.

Mas ontem, em Castelo de Vide, Marcelo fez uma previsão autárquica. O "professor" não tem dúvidas ao afirmar que as eleições de 29 de setembro estão longe de ser "favas contadas" para o PS.

Marcelo diz ter feito "todas as contas" e chegado à conclusão de que a sua perspectiva "pessimista" de

Paulo Portas

Para Marcelo Rebelo de Sousa o discurso de Portas é o mais importante no regresso de férias. O líder centrista, com novo estatuto no Governo, ainda não apresentou a reforma do Estado que tem andado a preparar e que está intimamente ligada com as decisões do Tribunal Constitucional sobre a redução das despesas do Estado.

SAB. 31

António José Seguro

Após um razoável silêncio de férias, o líder socialista não o quebrou para falar do chumbo do TC ao diploma que estabelece um modelo de despedimentos na função pública. Espera-se por isso que Seguro aborde o tema na *rentrée* política e volte a questionar a intenção do Governo em cortar as pensões da Caixa Geral de Aposentações.

Palavras que ainda não foram ditas...

SAB. 31

João Semedo

O coordenador do Bloco, a par de Catarina Martins, tem a tarefa dificultada ao falar de autárquicas. Ele, que é cabeça de lista do BE à presidência da Câmara de Lisboa, ficará numa posição fragilizada caso não consiga ser eleito vereador na capital. Resta também saber se dá respaldo à proposta *sui generis* de legislar sobre os piprosos...

nominar-se da última encarnação", Marcelo Rebelo de Sousa reconhece que as eleições não serão fáceis para os sociais-democratas. Tal como não tem sido fácil a

um PS acima dos 40% e com mais 30 câmaras do que o PSD estava errada. Os recentes indicadores, como a evolução favorável do desemprego – "eventuais pequenos sinais económicos positivos" –, e o que diz ser a "mobilização" do PSD levaram-no a refazer as contas.

Conclusão: "Acho que está largamente em aberto o resultado das eleições." Para o comentador televisivo e ex-presidente do PSD, pode bem acontecer que o PS "não tenha muito mais [votos]" do que há quatro anos – 37,67% –, o que se traduziria numa "situação relativamente equilibrada" na disputa pela presidência da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Embora afastando o cenário de uma "vitória esmagadora" do PS, partido que "não conseguiu auto-

“
 Toda a gente sabe
 o que eu disse à
 troika e disse
 também ao País:
 que o objetivo do
 défice para 2014
 podia ser difícil
 de atingir”

PAULO PORTAS
 VICE-PRIMEIRO-MINISTRO
 (EMMAIO)

Há quem queira PS a ganhar com mais câmaras...

UNIVERSIDADE António José Seguro chega hoje a Évora para encerrar a "universidade de verão" do PS e marcar a rentrée socialista com as autárquicas na agenda do encontro e a pressão de militantes e dirigentes para que o líder eleve a fasquia de uma eventual vitória do partido nas eleições de 29 de se-

tembro. Se o secretário-geral do PS se tem ficado pelo objetivo de alcançar mais votos, houve quem verbalizasse uma meta mais ambiciosa, como fez José Junqueiro, vice-presidente da bancada do partido, que pediu mais votos, mas também mais câmaras, para assim o PS chegar à presidência da associação de municípios.

Pelo discurso deve passar uma resposta aos apelos que chegaram da "universidade de verão" do PSD, para que os socialistas deixem de ter "fobia" ao consenso. Mais ainda agora que o Tribunal Constitucional chumbou a lei de despedimento dos funcionários públicos.

Évora foi palco para os socialistas criticarem os cortes que o FMI insiste em fazer nos salários do sector privado, com o secretário nacional Eurico Dias a sublinhar que o PS não vai "subscriver reduções, sobretudo de salário mínimo de pessoas que já vivem no limiar da pobreza ou na pobreza".

Os socialistas não antecipam o sentido de voto para o Orçamento do Estado, apesar de se saber que a proposta terá de passar pelos cortes que Pedro Passos Coelho prometeu fazer em carta enviada à troika.

As linhas vermelhas que a direção do PS tem sinalizado passam por aqui – e pelo diploma das 40 horas para a função pública, de que vai pedir a fiscalização sucessiva. Seguro pode estabelecer hoje o caderno

de encargos para aproximar vontades, apesar de a fratura estar exposta. A insistência do Governo nos cortes e "no empobrecimento" romperam as hipóteses de um "acordo de salvação nacional", explicou Eurico Dias.

Quem ontem rompeu consensos foi a eurodeputada Ana Gomes. Num almoço-debate com Vital Moreira e José Adelino Maltez, centrado na "ética republicana", a eurodeputada questionou os erros do partido.

"Eu penso que a atitude certa num partido com exigência republicana como é o Partido Socialista não pode ser essa, a de escamotear o que está errado, de legitimar ou passar por cima de comportamentos que se sabe que estão errados, de perpetuar e esconder o que corrói e corrompe o exercício de funções políticas em democracia", explicaria aos jornalistas.

MIGUEL MARUJO

Avante! no ataque ao Executivo

FESTA O PCP é o partido mais estável no que toca a *rentrées*. Uma vez mais a Festa do Avante!, na Quinta da Atalaia, Seixal, a 8 de setembro, é o palco para o líder comunista falar ao país. Jerónimo de Sousa deverá recuperar todos os argumentos para defender a queda do Governo.

O líder comunista é o último a discursar, depois do diretor do jornal oficial do PCP, e de Anabela Laranjeira da JCP. O *sitê* da festa promete "o maior comício político realizado em Portugal" – sendo esta a principal iniciativa política do evento, que é marcado por múltiplas iniciativas culturais. No dia 6, abertura do Avante!, Jerónimo fará como de costume um pequeno discurso de boas vindas, deixando para o encerramento a parte substantiva dos ataques ao Executivo. No espaço central estará em exibição uma grande exposição sobre Álvaro Cunhal, no quadro da celebração do centenário do seu nascimento.

Passos Coelho

O primeiro-ministro e líder do PSD foi muito cauteloso numa primeira reação ao chumbo do TC ao diploma da mobilidade. É de esperar que suba o tom em Castelo de Vide, sem revelar o que vai fazer para contornar mais este "bloqueio" do Palácio Ratton. O corte nas pensões é outro dos problemas que poderá abordar no domingo.

DOM. 1



relação entre Governo e Tribunal Constitucional (TC). O comentador não estranha que num tempo de crise os juizes do TC sejam chamados para "apreciar leis que numa situação normal porventura não teriam existido" e considera que o recente "chumbo" dos despedimentos na função pública não é "irreparável". Isto porque a decisão do tribunal deixa "campo de manobra" ao Governo ao admitir que possa haver no Estado "despedimentos por extinção do posto de trabalho", como sucede nas empresas privadas: "O TC não disse que considere impossível perante a Constituição haver despedimentos na

MAIORIA

PSD reconcido e CDS dá apoio autárquico

Castelo de Vide acolheu há 11 anos a "universidade de verão" do PSD porque Durão Barroso entendeu que seria um local sem distrações para os alunos da dita. Já o CDS tem feito as *rentrées* por várias paragens. Este ano escolheu Matosinhos, onde concorre sozinho às autárquicas, num gesto de apoio a Manuel Maia.

função pública, disse mesmo o contrário. Disse que era possível, tal como sucede com os trabalhadores privados, haver despedimento por extinção do posto de trabalho."

SOCIALISTAS

Homenagear e valorizar o interior

O PS fez de Évora o palco da sua universidade, depois de já aqui a ter realizado em 2012. Em 2003, quando Seguro realizou uma primeira iniciativa do género (Sócrates nunca promoveu nenhuma universidade), também escolheu Évora. Hoje, a direção do PS justifica a sua escolha para homenagear e valorizar o interior.

COMUNISTAS

Assentar a festa na Quinta da Atalaia

A Festa do Avante! realizou-se pela primeira vez em 1976 na antiga FIL, saltou para o Jamor e ainda passou pelo Alto da Ajuda, em Monsanto. O PCP decidiu angariar fundos para a estabilizar e conseguiu comprar a Quinta da Atalaia. Desde 1990 que a festa comunista se realiza no Seixal.

Bloco quer castigo do Governo

AUTÁRQUICAS João Semedo vai defender hoje, na *rentrée* do Bloco de Esquerda, em Lisboa, que as eleições autárquicas de 29 de setembro terão uma leitura nacional e que serão uma oportunidade de castigo aos partidos da maioria governamental, apurou o DN. Neste discurso ficarão de fora quaisquer piropos às políticas do Governo.

O coordenador do BE, que intervirá no final do Fórum Socialismo, que se iniciou ontem, vai atacar o facto do Executivo falar agora em crescimento económico, mas depois apontar a necessidade de mais cortes, com a proposta que se conhece esta semana de reduzir os salários do sector privado, apesar de o FMI se ter baseado em dados parcelares, no que os bloquistas dizem tratar-se de uma manipulação. Essa manipulação, apontará João Semedo, prova a vontade que

PSD e CDS têm de continuar a cortar nos rendimentos dos portugueses.

Para a direção do BE, a pedra de toque será a aposta na reabilitação

BLOQUISTAS

Regressar a Lisboa, ao Liceu Camões

O Fórum Socialismo "regressa à cidade que acolheu a primeira edição", é esta a justificação que o BE deu para fazer a *rentrée* em Lisboa, no Liceu Camões. Liceu, aliás, que tem sido palco de mais iniciativas do partido. O BE tem alternado o local em que dá o arranque para o novo ano político.

urbana – uma proposta que casa bem com as eleições autárquicas – que possibilite não só a recuperação de centros urbanos degradados, mas que também pode ajudar a criar emprego de proximidade, numa altura em que o desemprego se mantém muito elevado.

Durante o dia de hoje, o Bloco realiza vários debates simultâneos sobre temas muito variados, incluindo um sobre a possibilidade de criminalizar os piropos. A coadjução por pessoas do mesmo sexo contará com a presença do deputado socialista Pedro Delgado Alves; a nova deputada bloquista – que substituiu Ana Drago a partir de 2 de setembro – Mariana Mortágua, que escreveu um livro sobre a dívida pública com Francisco Louçã, fará uma intervenção que "não é sobre a dívida: é sobre a luta de classes".

MIGUEL MARUJO